

A stylized, graphic illustration of a cityscape. The background is a solid dark grey or black. In the foreground, there are several buildings. On the left, a tall, slender red building has two sets of three small, vertical rectangular windows. To its right is a shorter, wider red building with two sets of three windows. Further right is a tall, slender green building with three horizontal rectangular windows near the top and a set of three vertical rectangular windows lower down. In the bottom left corner, a stylized green plant with large, rounded leaves grows out of a blue rectangular base. The overall style is flat and minimalist, using bold colors and simple geometric shapes.

# MEMÓRIAS

## DESEMPENHO ESCOLAR

*Tudo se passou em Belo Horizonte, de 1946 a 1964, num ambiente nada parecido com o de hoje. Isso me tranquiliza quando penso na possibilidade dos meus netos e bisnetos virem a ler esse relato nem sempre exemplar.*

### JARDIM DA INFÂNCIA

Meu melhor desempenho escolar foi no jardim da infância da Escola Delfim Moreira, onde me formei com “ótimo aproveitamento”. E isso nada tem a ver – posso adiantar – com o fato de Dona Violeta Lott, minha professora, ser aparentada e amiga de meus pais. Eu era bom mesmo, principalmente no recorte de figurinhas com tesoura sem ponta e no canto orfeônico (canto em coral ensinado em algumas escolas naquela época). Eu me formei com oito anos porque faço aniversário em dezembro, mas nessa época já sabia escrever o meu nome e assinei meu diploma.

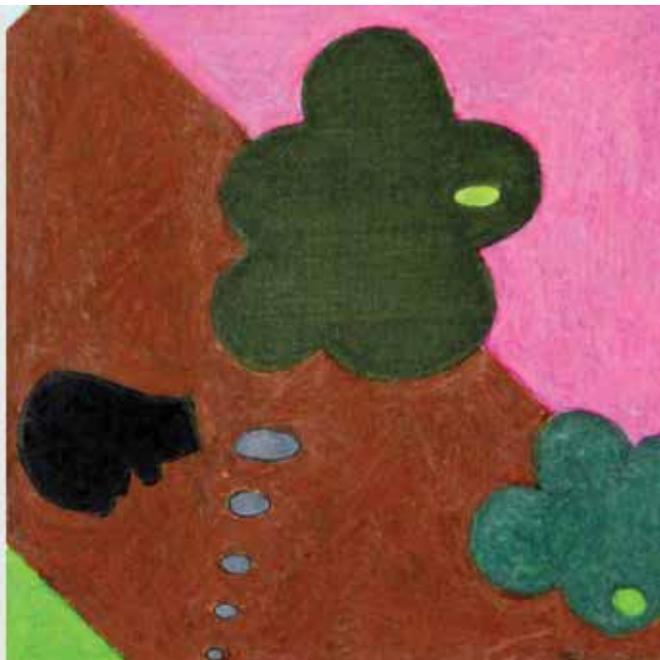
### GRUPO ESCOLAR

A partir daí o desempenho não foi tão bom, com algumas exceções. No Grupo Escolar D. Pedro II eu tinha uma queda toda especial pela professora (como todos os meus coleguinhas) e passei a acreditar que ela, percebendo isso, ajudava no boletim. Justiça seja feita: meu desempenho no teatrinho da escola foi brilhante quando representei D. Pedro I no Dia da Independência. Com a cabeleira de algodão branco e o uniforme de cetim verde que minha mãe fez, acho que emocionei a plateia na hora do *Independência ou Morte*.

No quarto ano do primário, como se dizia então, fui transferido para o Grupo Escolar Barão do Rio Branco. O único fato notável foi na formatura. Dona Irene Guimarães, a orientadora educacional, comentou na frente de todos os alunos da escola a minha redação de português, em que eu escrevi *necessário* ao invés de *necessário*. A partir de então, procurei ser mais cuidadoso com a escrita. Puro pragmatismo que não se refletiu nas minhas notas de português. Às vezes achava que o meu bom desempenho tocando tambor na bandinha da escola, que desfilava no Sete de Setembro, me ajudou um pouco a passar de ano.

### GINÁSIO E CIENTÍFICO

Fiz o ginásio no Colégio Dom Silvério, dos Irmãos Maristas. Na minha lembrança, as notas eram medianas. Quando consultei os boletins escolares que minha mãe guardou, fiquei surpreso ao ver que, com aquelas notas, eu ainda conseguia boas classificações. Entre meus alfarrábios, achei três certificados mensais de honra ao mérito por minha “aplicação e procedimento”, assinados pelo Irmão Ilídio Gabriel, o que não é muito considerando os quase 40 meses de duração do curso ginásial, mas prova que eu me esforcei.

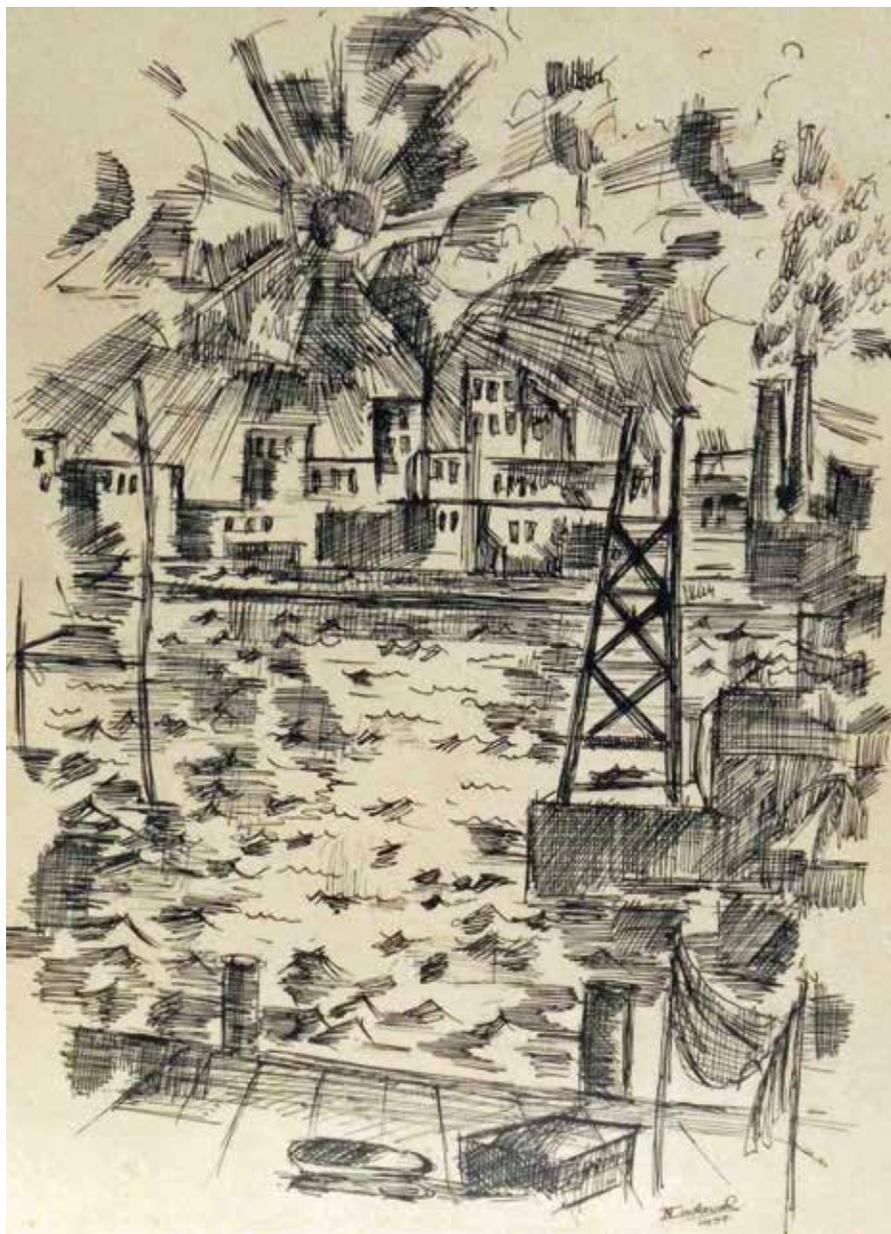


Lembro-me bem de ter sido aprovado com louvor para ingressar na academia de letras do colégio, defendendo uma tese sobre Monteiro Lobato. Naquela época o autor de *Reinações de Narizinho* não era acusado de preconceito racial, mas de ser comunista e por isso minha tese foi uma ousadia, talvez uma temeridade.

Até aqui, embora o desempenho não fosse ótimo, eu passava de ano, às vezes com uma ou duas dependências (chamava-se *segunda época*) que me roubavam parte das férias. No primeiro científico o caldo entornou. Levei bomba em matemática, química e física e fui obrigado a repetir o ano. Diante desse resultado, os padres

jesuítas do Colégio Loyola sugeriram delicadamente a meus pais que me transferissem para outro colégio, o que foi feito. Apesar do fracasso, eu tirava boas notas em desenho decorativo e o professor Gil Lemos sempre elogiava as minhas borboletas amarelas.

Fui para o Colégio Arnaldo, menos exigente e mais barato, onde atravessei os três anos do científico estudando pouco e sem reprovações. Lá comecei a atuar em política estudantil e fui eleito presidente do DACA – Diretório Acadêmico do Colégio Arnaldo. Logo passei a me relacionar com um grupo de colegas pouco afinados com os métodos dos padres alemães que dirigiam a



escola. Um dos companheiros mais chegados era o Henriquinho que anos mais tarde se tornaria o cartunista Henfil. Entre outras iniciativas, montamos um cine clube no colégio, com o compromisso de não passar filmes “pornográficos”, categoria que na época se caracterizava pelas cenas de beijos prolongados. Como nem sempre era possível obedecer, os padres adotavam a estratégia de acender as luzes do auditório na hora dos beijos e *amassos*, com protestos veementes da plateia.

Nessa época (1958) colaborei para fundar a UEC – União dos Estudantes Católicos, entidade criada por inspiração dos donos de colégios religiosos “para combater os comunistas infiltrados na UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas”. E andei simpatizando com o integralismo. Acho que essas adesões contribuíram para melhorar o meu conceito escolar junto aos padres da Congregação do Verbo Divino, que dirigia o Colégio Arnaldo. E assim rompi mais uma etapa da vida estudantil. Na formatura do terceiro científico recebi um cartucho vazio, pois havia ficado de segunda época em biologia, matéria em que jamais consegui decorar as classificações das espécies vegetais.

Lá pelo segundo científico, eu já havia desistido do integralismo e entrado na JEC – Juventude Estudantil Católica, que era vista como

uma agremiação de esquerda, dirigida pelos freis dominicanos. Em pouco tempo me tornei membro da equipe de direção, um triunvirato que dirigia o movimento. Por extensão, passei a ter certa atividade de liderança no movimento estudantil de Belo Horizonte.

#### FACULDADE

Era época de escolher um curso universitário. Eu oscilava entre arte e política; se fosse arte, eu tentaria arquitetura, se fosse política eu ingressaria em alguma faculdade de ciências humanas, como, por exemplo, sociologia (eu não fazia a mínima ideia do que se ensinava lá). Optei por esta última, pensando em me capacitar para fazer a revolução social.

A escolha não foi fácil. Desde criança, fui estimulado a me dedicar à pintura artística por duas figuras que sempre tive em alta conta. Titia, como chamávamos minha tia-avó Delfina Palhano, que pintava paisagens e naturezas mortas e guardava os meus desenhos dentro do seu oratório, e meu pai (Luiz Palhano Cadaval), um ótimo desenhista que me levou, ainda adolescente, para a Escola do Guignard. Em plena crise de adolescência, eu temia que a arte me fizesse gay como vários artistas; achei que o Curso de Sociologia, além de me preparar para a revolução, me tiraria daquele “mau caminho”.

O interesse pelas artes plásticas me rendeu dois empregos. Um deles, o primeiro que tive na vida, foi aos 14 anos, na empresa de engenharia em que meu pai trabalhava. Por algum tempo, fui desenhista-aprendiz de instalações elétricas e hidráulicas. Depois, durante mais de seis anos, trabalhei como desenhista no Banco da Lavoura de Minas Gerais, preparando material audiovisual para treinamento dos bancários.

Não sei bem como passei no vestibular da Faculdade de Ciências Econômicas, onde estava o Curso de Sociologia em 1960. Li apenas dois livros e até hoje não sei se os entendi muito bem: Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, e Formação Política do Brasil, de Caio Prado Junior. Pensando bem, os candidatos eram poucos e alguma osmose resolveria tudo (para os estudantes da época, osmose era absorver conhecimentos andando com os livros debaixo do braço).

Na Faculdade eu estudava pouco, mas nunca repeti um ano e, curiosamente, era considerado um bom aluno, ao menos pelos meus colegas. A verdade é que a política estudantil e sindical não deixava muito tempo para os livros e o aprendizado se restringia a ouvir as aulas matutinas. Além de participar ativamente do Diretório Acadêmico da Faculdade, da JUC – Juventude Estudantil Católica

e, mais tarde, da AP – Ação Popular, um movimento da esquerda católica, eu trabalhava no Banco da Lavoura de Minas Gerais no período da tarde, atuava no sindicato dos bancários e à noite fazia bicos numa empresa de audiovisual que criei com dois colegas. Viajava pelo interior de Minas, quase sempre em missões políticas, frequentava os bares da juventude, como o Bucheco, e namorava nas horas vagas, quando havia. A vida doméstica consistia em dormir e discutir com meus pais sobre minhas ideias políticas, das quais eles discordavam radicalmente.

No dia primeiro de abril de 1964, quando eu estava no último ano do curso, minha casa amanheceu cercada por soldados do Exército armados com metralhadoras. Vieram me prender. Quando sai da prisão fui informado que eu havia sido demitido do emprego por causa de minhas atividades subversivas. Aos trancos e barrancos, traumatizado e respondendo a dois inquéritos policiais militares, consegui me formar na Faculdade com a ajuda de alguns professores e colegas. Decididamente, os militares não estavam preocupados com o meu desempenho escolar.

Hoje, olhando pelo retrovisor, acho que a escola formal me deu alguns conhecimentos básicos que foram úteis durante toda a minha



vida. Aprendi a ler e a escrever, sei algumas operações de aritmética, decorei a tabuada e outras coisas importantes.

Num outro plano, o que a escola formal me ensinou de mais importante foi *aprender a aprender*. Em outras palavras, método de aprendizado. Entre outras coisas, descobri – a duras penas – como obter conhecimentos específicos, como encontrar e consultar fontes quando necessário. Alguns chamam isso de “metodologia científica”, nome que acho pomposo e impreciso para operações às vezes tão simples como consultar um dicionário ou esquematizar um relatório. Os conteúdos, estes eu aprendi mesmo fora da escola, alguns extraídos meio a fórceps, outros tranquilamente na vida cotidiana, junto aos parentes, amigos e colegas de trabalho.

Pensando bem, o meu desempenho escolar não foi tão ruim quanto eu às vezes imagino.

## MUITAS REVOLUÇÕES

Na entrada do tribunal, um longo corredor com muitos soldados armados de metralhadoras. Depois de uma longa espera, a sessão começou. Eu não conseguia prestar atenção no discurso inflamado do promotor ainda que o acusado fosse eu mesmo.

Não sei por que, sempre que me lembro daquele dia em que estive sentado no banco dos réus do Tribunal de Justiça Militar, em Juiz de Fora, vem-me à memória um episódio semelhante do livro “O Estrangeiro” de Albert Camus. Meursault, o personagem principal, estava atento a tudo o que se dizia a seu respeito no tribunal e conta os fatos nos seus mínimos detalhes. Ele era acusado de ter matado um homem – e de fato matou – podendo ser condenado à morte. No meu caso não houve menção a assassinato, mas a penalidade era de 30 anos de cadeia pelos crimes de terrorismo, assalto a instalações militares, destruição de linhas de transmissão de eletricidade e outros do mesmo nível. E isso não se faria, evidentemente, sem a morte não de uma, mas de muitas pessoas. Isto é, se tudo de que me acusavam e a meus companheiros fosse verdade. Como nada daquilo tinha acontecido, as palavras raivosas do promotor me soavam como peças de ficção e não mereciam crédito. Naquela hora, no entanto, nem me passava pela cabeça que o juiz poderia não pensar como eu.

Quando recebi a notificação para comparecer ao Tribunal, comentei o fato com amigos e eles sugeriram que eu fosse para o exterior e lá ficasse como refugiado político, como muitos tinham feito. A ideia não me agradava, mas não chegava a ser absurda, pois em nenhuma hipótese eu queria ser preso novamente. Meu advogado, na época um iniciante em causas criminais na Justiça Militar, pensava o contrário. Ao menos daquela vez eu deveria me apresentar porque se tratava apenas de uma sessão de qualificação, ou seja, de identificar a mim e a meus companheiros e associar-nos à acusação. Com a ajuda de meu pai que, apesar de discordar terminantemente de minhas ideias políticas sempre me apoiou, decidi ficar e me apresentar ao tribunal. Mas, as coisas não se passaram como meu advogado previu. Na sessão, além da qualificação, o promotor pediu a prisão preventiva de alguns dos acusados, entre eles eu.

Se até então eu estivera quase alheio ao que se passava, naquele momento o medo de voltar para a prisão ressurgiu e passei a prestar atenção em tudo o que se discutia à minha volta. A sessão durou quase três horas e, por fim, para meu alívio, o Juiz negou o pedido de prisão preventiva, acatando os argumentos de nosso advogado. O processo continuaria, mas poderíamos ficar em liberdade. Retornei a Belo Horizonte com a decisão de jamais voltar àquele lugar.

Era setembro de 1964, eu estava noivo, desempregado e precisava terminar o curso de sociologia na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Além do IPM<sup>1</sup> que me levara ao Tribunal de Juiz de Fora, eu estava incluído no IPM dos professores universitários por conta de aulas que dera, como professor substituto, na Escola de Serviço Social. Este IPM me obrigava a interrogatórios semanais na 4<sup>a</sup>. Região Militar do Exército. Minha ficha no DOPS<sup>2</sup> registrava atividades subversivas no movimento estudantil e no Sindicato dos Bancários (trabalhei de 1961 a 1964 no Banco da Lavoura de Minas Gerais) como membro da JEC, da JUC e da Ação Popular<sup>3</sup> em articulação com o Partido Comunista. Ou seja, um completo ficha suja, sem qualquer perspectiva, num momento em que eu, jovem, me preparava para entrar na vida profissional.



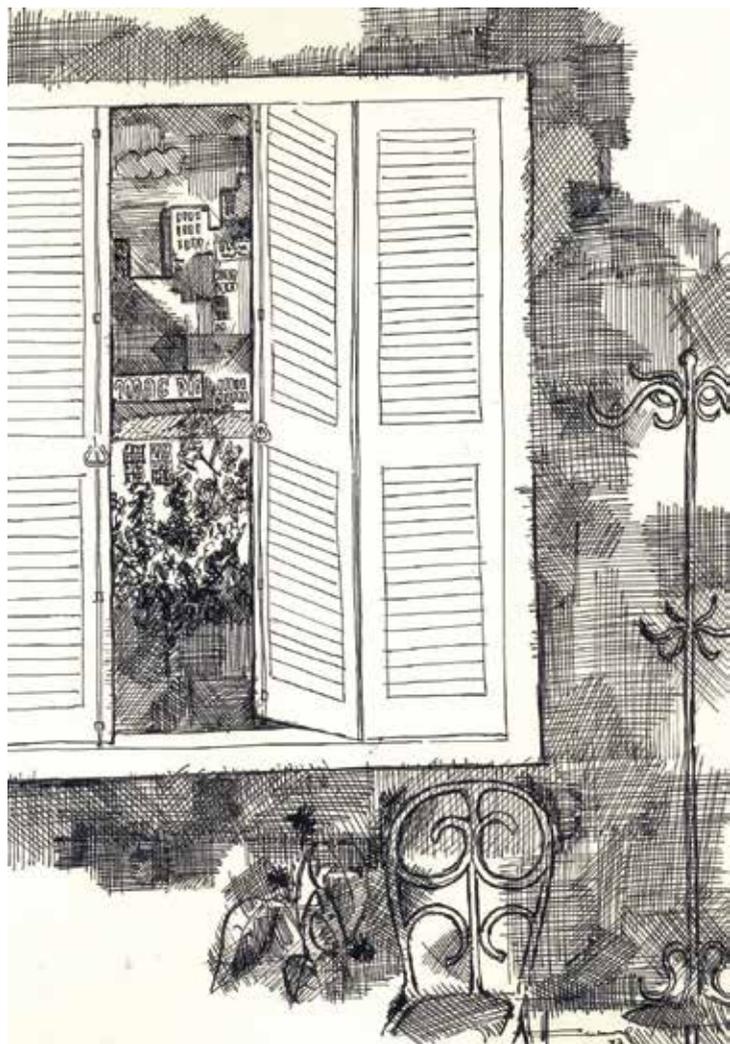
---

1 Inquérito Policial Militar.

2 DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

3 JEC - Juventude Estudantil Católica e JUC - Juventude Universitária Católica. AP - Ação Popular. Ver outras menções a essas organizações no restante do texto.

Alguns meses antes, bem cedo, na manhã dia 1º de abril, eu conversava com meu pai, na varanda de nossa casa da Rua Padre Rolim sobre o golpe militar que derrubara o governo João Goulart no dia anterior, quando um caminhão do Exército se aproximou e dele desceram vários soldados armados com metralhadoras, em posição de combate. Um homem em trajes civis e armado com um revolver logo se destacou da tropa e, ainda da rua, gritou que eu estava preso e deveria acompanhá-los. Meio atordoado com toda aquela encenação, eu disse que estava de pijama e precisava trocar de roupa. O homem e dois soldados armados entraram na casa e, no meu quarto, enquanto eu me trocava, um deles revistou a prateleira de livros. Saí e disse até logo para o meu pai. Colocaram-me na boleia do caminhão entre dois soldados e, em silêncio total, me levaram para o DOPS. Lá me fizeram descer uma longa escada em semiescuridão, rolando pelos degraus, à força de socos e coronhadas. Lembro-me apenas que não senti medo, mas fui dominado por uma forte sensação de revolta que anestesava a dor dos golpes. Fui colocado numa cela onde já estavam – me pareceu na época – um amontoado de pessoas, algumas já conhecidas, outras não. Quando acostumei os olhos à escuridão do ambiente, vi que alguns companheiros de prisão, deitados no chão, estavam ensanguentados.



Apaguei da memória muitos detalhes daqueles dias e noites de medo e revolta. Alguma coisa revive agora quando a idade ativa a memória remota. As noites eram particularmente angustiantes: os guardas simulavam execuções no pátio que circundava as celas e não era visível devido à falta de janelas. Nesses momentos eu me perguntava quando seria a minha vez e o medo se

unia ao desconforto do chão frio, transformando a insônia num pesadelo. De dia, as idas e vindas dos companheiros interrogados e torturados deixavam manchas de sangue no chão e angústia nas almas: quem será o próximo? A tortura psicológica e o medo da morte suplantavam o sofrimento físico; talvez por isso a memória não tenha registrado a precariedade da comida, das condições para a higiene pessoal, da falta de colchões e a superlotação da cela. Mas esses problemas certamente existiram.

Depois de dez dias sem contato com o mundo exterior, recebi a visita de meu pai que, depois de muita insistência, conseguira uma autorização de um dos líderes da revolução, vizinho e conhecido de minha família. Só mais tarde eu soube do fato hilário que aconteceu na sala de recepção do DOPS. Meu pai era parecidíssimo com o Marechal Castelo Branco, um dos membros do triunvirato que governava o país, e foi recebido com continências pelos soldados de plantão. Desfeito o engano, deixaram-me falar com ele em pé, na presença de vigias armados. Aproveitando-me da distração dos soldados, pedi ao meu pai que

queimasse todos os meus livros e documentos, já antevendo que eles poderiam me incriminar. Isso foi feito numa bela fogueira anti-subversiva no quintal de minha casa.

No dia 13/04/1964 às 16h30 fui posto em liberdade. No dia seguinte apresentei-me ao departamento onde trabalhava no Banco da Lavoura, recebendo a informação que eu havia sido demitido. Em todos os lugares os rádios tocavam o sucesso do momento: Dominique, com a cantora paulista Giane<sup>4</sup>.

Minha iniciação política, ali pelos quatorze ou quinze anos, foi marcada pela influência do integralismo<sup>5</sup>, naquela época uma ideologia já nos seus estertores (assim como a influência do seu líder principal, Plínio Salgado<sup>6</sup>), mas ainda em vigor entre alguns Irmãos Maristas, do colégio em que estudei. Lá me candidatei à cadeira de Monteiro Lobato na academia estudantil de letras, atraído pelas tendências nacionalistas do escritor. Pesaram também as indicações de leitura de um general reformado, figura interessantíssima de minhas relações familiares, centradas em autores e políticos como Gustavo Barroso<sup>7</sup> e Juarez

---

4 Música de autoria da freira Jeanine Deckers, cantada por ela mesma e também por Rita Pavone, que fez um enorme sucesso nos anos 1960.

5 Integralismo: doutrina política inspirada nos movimentos de massa europeus do início do século XX, notadamente o fascismo italiano. Valorizava a propriedade privada, o resgate da cultura nacional, o nacionalismo e liberalismo econômico, a prática cristã, o princípio da autoridade. Algumas vertentes do movimento apoiavam o antisemitismo.

6 Plínio Salgado (1895-1975), político, escritor e jornalista que liderou a Ação Integralista Brasileira.

7 Gustavo Barroso (1888-1959): advogado e escritor, foi um dos líderes da Ação Integralista Brasileira e um de seus mais destacados ideólogos.

Távora<sup>8</sup>. Por sua influência, frequentei por algum tempo as palestras no Centro Lúcio dos Santos<sup>9</sup>.

Mais ou menos na mesma época, fui convidado e aceitei participar de uma entidade estudantil, criada por inspiração dos diretores dos colégios católicos para combater os comunistas que, segundo eles, controlavam a União Municipal dos Estudantes Secundaristas.

Nas reuniões de política estudantil fiquei conhecendo militantes de outra entidade católica que me pareceu bem mais interessante e aberta aos problemas da época, a JEC – Juventude Estudantil Católica<sup>10</sup>, orientada pelos freis dominicanos. Em pouco tempo, não só me associei, como me tornei um dos seus dirigentes até o fim do período colegial. Foi a porta para uma guinada à esquerda e um novo estilo de participação na política estudantil.

Mais do que a iniciação política, o período de JEC proporcionou uma intensa vivência religiosa (de que me afastei mais tarde) e a ampliação de meus horizontes culturais, seguindo a trilha dos frades dominicanos. Escritores e filósofos como Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, Georges Bernanos, Charles Peguy, Tristão de Ataíde, Tei-

lhard de Chardin e muitos outros entraram para o meu repertório de leitura, embora nem sempre bem assimilados. Foi também um período de convivência com a cultura cinematográfica da época – principalmente francesa e italiana – nos cineclubes da cidade e de contato com a obra de pintores, sobretudo os impressionistas franceses. A Livraria Duas Cidades, de propriedade dos freis dominicanos, era um centro de irradiação de primeira



8 Juarez Távora (1898-1975): militar e político, participou do movimento tenentista em 1922 e da Coluna Prestes. Defendia a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo e era contra a criação da Petrobrás.

9 Centro Lúcio dos Santos: centro de estudos em Belo Horizonte que se dizia ter relações com grupos integralistas.

10 Organização pertencente à Ação Católica, assim como a JUC – Juventude Universitária Católica.

ordem, local de muitas ideias e referências e de poucas compras para um jovem estudante *duro*.

Com a entrada na universidade, era suposta uma transição tranquila da JEC para a JUC – Juventude Universitária Católica. Não foi o que aconteceu comigo. Minhas ideias políticas estavam se transformando e não se ajustavam ao enquadramento da Ação Católica, ela própria já em conflito com a hierarquia oficial da Igreja. Crescia sobre mim e em muitos de meus amigos a sombra da revolução social, ainda que em moldes diferentes do modelo marxista. Assim, a inserção seguinte foi na AP – Ação Popular, organização que ajudei a fundar em Belo Horizonte.

No início, as atividades na AP eram, sobretudo, reuniões de estudo e de estratégia política, quase nenhuma prática. Eu participava também da administração do jornal da entidade que, por razões financeiras, teve vida curta. De vez em quando viajava ao Rio de Janeiro e São Paulo para reuniões políticas. Uma dessas viagens foi para o encontro de um pequeno grupo da UNE com o presidente João Goulart no Palácio das Laranjeiras. Não me lembro do assunto, mas, provavelmente, era algo ligado às reformas de base, tema em grande destaque naquela época. No entanto, lembro muito bem que o presidente atrasou e, passada a hora do almoço, estávamos famintos. A solução foi assaltar a mangueira que

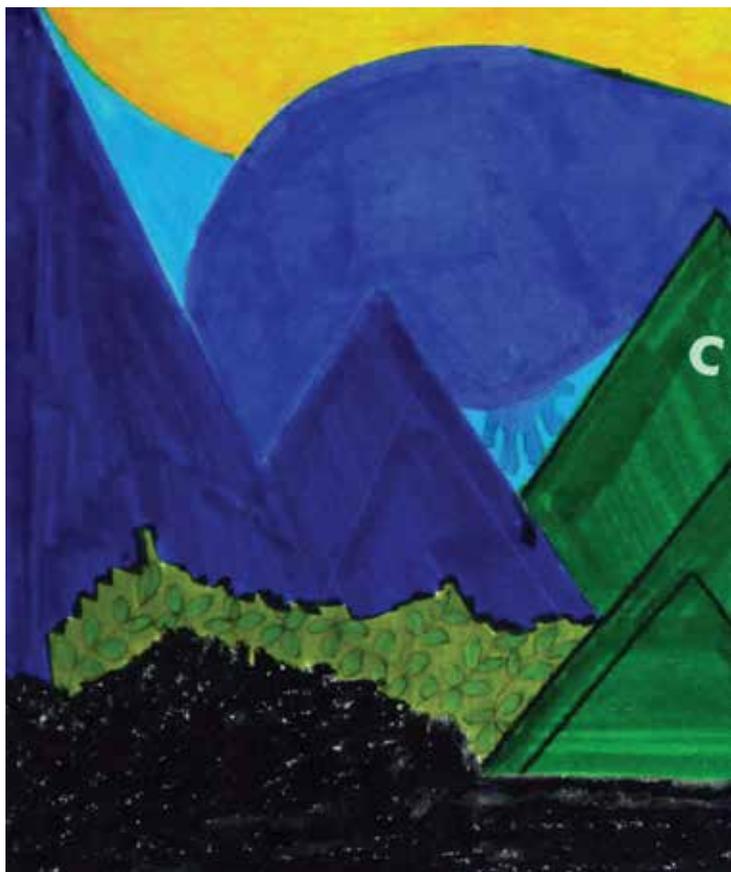


avançava pelo imenso terraço da sala de audiências e ali mesmo devorar as mangas federais.

Em Belo Horizonte, minhas práticas políticas estavam vinculadas ao diretório acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e ao Sindicato dos Bancários. Eram principalmente conferências, congressos, passeatas e outras manifestações de rua. Em 25 de fevereiro de 1964 Leonel Brizola pretendia realizar um comício em Belo Horizonte em defesa das reformas de base. Seria no antigo prédio da Secretaria da Saúde em frente ao Mercado Municipal. No início da noite, fomos, eu e um grupo de bancários, carregando faixas e cartazes, para o local do comício. Tudo parecia tranquilo, pois o Governador de Minas – Magalhães Pinto – prometera apoiar o evento. Mas não cumpriu a palavra e mandou a polícia militar cercar e cair de paulada em cima dos manifestantes. Simultaneamente, militantes

da TFP-Tradição, Família e Propriedade<sup>11</sup>, entrincheirados ao lado da Secretaria, começaram a lançar enormes blocos de pedra sobre os grupos que chegavam. Uma dessas pedras me atingiu na cabeça, desmaiei e cai no chão. Quando acordei, poucos minutos depois, estava na carroceria de uma caminhonete da polícia, último lugar onde eu deveria estar. Com um enorme corte na cabeça e todo ensanguentado, rolei para fora do veículo e acordei no Pronto Socorro, suponho que levado por amigos. Depois de vários pontos no ferimento e revoltado com toda a situação, tentei voltar para o *campo de batalha* e não consegui tal era a minha fraqueza. No dia seguinte, o Jornal do Brasil estampou minha foto na primeira página com anotações que devem ter ido direto para os arquivos do DOPS.

Foram muitos os eventos desse tipo. No afã revolucionário, eu me considerava forte e corulento para enfrentar os embates, exatamente o oposto da realidade. Difícil mesmo era chegar em casa estropiado e ainda levar uma bronca da minha mãe. Para evitar isso, eu sempre entrava pé ante pé, eliminava os vestígios do dia no tanque de lavar roupas e me recolhia, silenciosamente, ao meu quarto. Às vezes não dava. Numa das greves fui escalado para fazer piquete na porta do Banco da Lavoura de Minas Gerais que era



propriedade do meu tio, Vicente Araújo. Logo meus pais ficaram sabendo pelo telefone. Além do mais, cheguei em casa sem a minha meia de nylon, inteiramente corroída pelo gás lacrimogêneo lançado pela polícia militar para dispersar os grevistas.

Neste clima de radicalismo político e de crise econômica<sup>12</sup>, fui preso e processado em 1964.

11 Organização de inspiração católica tradicionalista fundada em 1960 pelo escritor, jornalista e político Plínio Corrêa de Oliveira. Combatia as ideias maçônicas, socialistas e comunistas e alinhava-se com a defesa da monarquia como sistema de governo para o Brasil.

12 Para entender o ambiente da época, ver: José Murilo de Carvalho - "Fortuna e virtú no golpe de 1964", Revista de Estudos Avançados, N.º. 28, pag. 80, 2014.



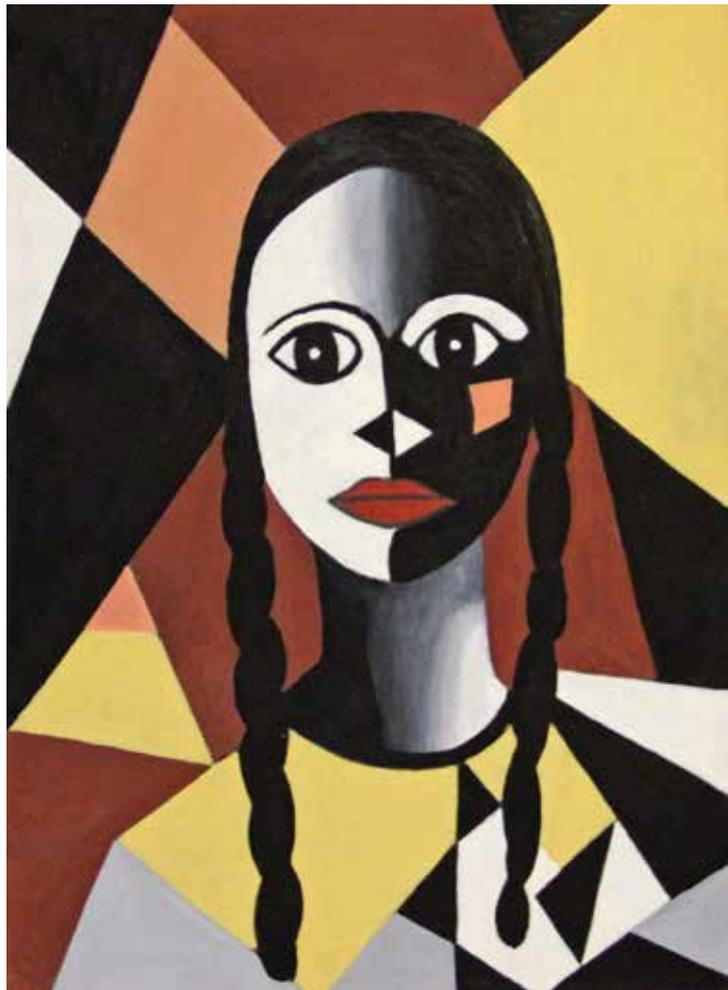
Logo depois que me formei, no final deste ano, recebi um convite para lecionar na UnB – Universidade de Brasília. Fiquei eufórico com a possibilidade de iniciar uma carreira acadêmica e parti para a recém- fundada Capital do país, sem imaginar o que me esperava ali.

Os primeiros meses da nova vida foram ótimos e deles tenho, até hoje, uma lembrança agradável. Fui alocado no Departamento de Sociologia e convivi com grandes personalidades de várias áreas de conhecimento num clima informal e

criativo que jamais imaginava existir numa instituição universitária. Mas logo fui envolvido numa nova tempestade política. A Universidade foi ocupada pelas Forças Armadas e o cerne da crise era um dos professores do meu departamento. Depois de semanas de muita tensão, 130 professores pediram demissão e eu entre eles.

Sem qualquer perspectiva profissional na cidade, fui tentar um emprego em São Paulo. Lá fiquei uns seis meses hospedado na casa de meu irmão em Santo André, cumprindo a rotina de, aos domingos, selecionar ofertas de emprego nos classificados do Estadão e, durante a semana, visitar as empresas que precisavam de alguém com o meu perfil (será que alguma precisava?). Depois de dezenas de tentativas, consegui ser admitido numa indústria de autopeças como chefe de pesquisas e desenvolvimento de vendas (sic). A nova rotina era acordar às quatro horas da manhã, tomar um ônibus perto de casa quando ainda estava escuro, seguir até a estação de Santo André, viajar por uma hora num trem lotado até o centro de São Paulo, tomar outro ônibus e bater o ponto na portaria da empresa às 7 horas; trabalhar o dia todo, almoçar no refeitório da fábrica e, no fim do dia, fazer o trajeto oposto. Sobrevivi por algum tempo até alugar um apartamento mais próximo da fábrica. Minha primeira missão no novo emprego foi demitir cinco funcionários da seção, à minha escolha. Duro golpe nos meus ideais revolucionários.

E assim começou a minha vida de paulistano, que durou 25 anos, nesta cidade onde nasceram meus três filhos. Nenhuma revolução em vista, apenas mudanças suaves no plano pessoal. Era o que eu pensava, mas novos caminhos me esperavam. Por indicação de um amigo, mudei de emprego e fui parar numa empresa de consultoria para trabalhar em planejamento urbano. Meu chefe era um senhor muito simpático, de cabelos grisalhos, na faixa dos 55 anos, que logo fiquei sabendo ser Diógenes Arruda, o principal dirigente do Partido Comunista Brasileiro depois de Luiz Carlos Prestes por mais de trinta anos. Meus dois colegas de trabalho eram Sergio Vieira da Cunha, da Ação Popular em São Paulo, que muito mais tarde veio a ser ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, e Kalil Chade, ex-secretário do Partido Comunista em São Paulo. Havia duas outras empresas coligadas, uma na área de urbanismo e outra na área de administração pública. Seus dirigentes e principais quadros eram também do Partido Comunista em diversos estados que, perseguidos pelas forças de segurança, vieram se esconder em São Paulo (sim, isso era possível na época). Em síntese, meus sonhos de uma vida despreocupada logo se esvaíram. Embora eu não assumisse qualquer militância política, não podia me esquivar dos pedidos para abrigar perseguidos políticos e gente da guerrilha



em minha casa por várias semanas, sem nem ao menos poder perguntar pelo nome dos *hóspedes*.

Imigrantes em São Paulo, eu e minha esposa, Maria Amália, tínhamos como opções de relacionamento pessoal os antigos amigos da JEC e da Ação Popular que haviam se mudado para a cidade. Entre eles estavam alguns freis dominicanos que foram alvos de violenta repressão por suas relações com o líder guerrilheiro Carlos Marighela.

Neste período passei incólume, apesar da forte tensão provocada pela repressão policial que se infiltrava na vida das pessoas e em todas as esferas da sociedade. Muitos fatos aconteceram ao longo dos últimos quarenta anos, vários relacionados com ideologia e política. Mas aqui não é o lugar para lembrá-los.

Não posso terminar este relato sem voltar um pouco a Diógenes Arruda, essa figura querida, anacrônica, autoritária, mas cheia de sentimentos humanos e ideais sociais. Ele dedicou 33 anos de sua vida à construção do PCB e depois mais alguns ao novo partido que ajudou a criar, o PC do B. Era muito respeitado nos países socialistas e conheceu figuras como Mao Tse-tung e Stalin, sobre as quais contava mil histórias. Com exceção de um curto período como deputado federal, nunca havia trabalhado fora das estruturas partidárias quando o conheci. Isso explica porque esta figura que correu o mundo não sabia preencher

cheques e para isso sempre vinha me pedir ajuda bastante constrangido.

Arruda e sua esposa, a pintora pernambucana Tereza Costa Rego, me tratavam como um filho ou neto, sei lá o que. Quase nunca conversávamos sobre política quando os visitava no seu pequeno apartamento, atulhado de diários oficiais, livros e revistas.

Em 1968, quando nasceu meu filho Guilherme, meu salário estava atrasado e eu não podia tirar minha esposa e o recém-nascido do hospital sem dinheiro para pagar a conta. Reclamei com o Arruda e ele, *incontinenti*, saiu comigo atrás de vários devedores da empresa a exigir os pagamentos e explicando porque era importante receber. Resolvemos o problema imediato, mas não os futuros atrasos. Pouco depois ele foi preso, torturado e, solto em 1972 quase à beira da morte, exilou-se no Chile e depois na França. Em 1978 eu o encontrei em Paris: Arruda, aquele guerreiro destemido, chorou como uma criança ao me ver. Nunca aprendeu a língua, não se adaptava aos costumes e sonhava com um retorno ao Brasil o que só aconteceu um ano depois.

Morreu em 1979, após a sua volta ao Brasil.